

Nasce um pai

A paternidade pode parecer algo corriqueiro, afinal, há milhares de anos a humanidade perpetua sua espécie e nada de diferente parece existir sob o mesmo céu. Também pensei assim por muito tempo, até descobrir que seria pai.

Sempre pensei em sê-lo, mas nunca me preparei para isso e nem tinha muita preocupação em saber como isso se daria. Para mim bastava planejar “quando”, preparar tudo para a chegada do bebê e pronto. Mentalmente estava tudo organizado pragmaticamente. No entanto, todas as certezas e planos que eu tinha mudaram absurdamente, pois enquanto eu imaginava que tudo dependia de organização, de repente, a notícia de que estávamos, minha esposa e eu, esperando pela chegada de nosso primeiro bebê, tudo mudou. A notícia me paralisou e esse estado só melhorou um pouco quando vi nosso bebê pela ultrassonografia. Dali em diante, ao menos para o pai que não carrega e não tem como saber exatamente o que se passa com a mãe, vem a consciência clara de que recebeu e deve cuidar de um imenso tesouro: uma nova vida humana!

Sem me dar conta de momento, só pensava em quando o bebê, que agora sabíamos ser uma menina, nasceria. Como seria seu rostinho, se iria chorar ou dormir muito, se teria os olhos da mesma cor que os meus e de minha esposa, se seria falante, enfim, passava diante de mim um oceano de possibilidades, mas com tudo isso, percebi que algo novo começava ali: nascia um pai! Antes de ter minha filhinha nos braços eu já me tornara um pai, e minha esposa uma mãe. As preocupações mudaram, as finanças se reorientaram, a programação dos finais de semana e dias livres passaram a ser gerenciadas entre visitas a lojas de móveis e de roupas de bebê. As conversas de casal continuaram a existir, mas agora sempre entrecortadas por algum comentário, alguma preocupação, intuição ou suposição de como será nossa bebê. As orações dirigidas a Deus também mudaram, aos poucos passamos a pedir e agradecer muito mais pela nova vida que Ele nos confiou. Devagar já não vivemos mais tanto para nós mesmos, mas para uma outra criaturinha que Deus mesmo, enquanto Criador por excelência, nos chamou para sermos cocriadores com Ele.

Toda preparação para a chegada de uma nova vida, imagino, traga uma graça e uma beleza particulares, pois cada vida é única e irrepetível. Mesmo antes de nascer, minha pequena Olívia, assim como eu, já é professora. Eu o sou profissionalmente, ganho meu pão assim, mas ela o é por natureza, já que mesmo antes de nascer já tem me ensinado tanto, e fez de mim algo que diploma algum pode fazer: um pai! Nasce uma bebê e com ela um pai e uma mãe.

A beleza de uma nova vida, o seu desenvolvimento, os chutes e reviravoltas que deixam a mãe cansada, a barriga que cresce e obriga a mãe a desacelerar de tudo, os preparativos, tudo isso é belo, é humano e divino ao mesmo tempo, e me fez pensar mais seriamente do que antes no horror que é o aborto, a morte de inocentes no ventre de suas mães. O corpo de uma mulher, mormente o de uma mãe é um santuário de vida e há quem insista em transformar os ventres em túmulos. Esse pequeno ser que ali se desenvolve é sempre um presente para toda a humanidade. Todo filho nos obriga a ser melhores, pois olhando para eles, pensamos no que precisam, nos esquecemos de nós e nos damos a eles. Uma nova vida nos desinstala de nosso comodismo, nos torna menos egoístas. Sendo pai me tornei mais esposo, aprendi a amar mais, tomei consciência do que devo ser e entendi de modo mais claro por que chamo Deus de meu Pai. De fato faz todo sentido pensar, como dizia Pio XII, que “nos lares em que sempre há um berço de onde se ouve o choro de um bebê, as virtudes

florescem espontaneamente, enquanto o vício se afasta como que expulso pela infância, que aí se renova qual brisa fresca e vivificante da primavera.”

■ ■ **Luiz Raphael Tonon** é professor de História e Filosofia nas redes pública e particular, gestor do Núcleo de Teologia do IFE Campinas e leigo consagrado da comunidade Católica Pantokrator (raphaeltonon@ife.org.br).

Artigo publicado originalmente no jornal *Correio Popular*, Página A-2 - Opinião, edição de 06 de Julho de 2016.

A Virgem e o comunismo



Ilustração: reprodução

Há quase cem anos a notícia de que três crianças portuguesas, de sete, nove e dez anos de idade respectivamente estavam vendo e conversando com a Virgem Maria agitou a imprensa internacional e estarreceu a própria Igreja.

Eram três pequenos pastores de ovelhas, muito pobres, analfabetos e que não sabiam nada de política e quase nada de teologia. Já na primeira aparição, Nossa Senhora pediria à Lúcia, a mais velha dos três e que era a única que falava com a Virgem, visto que Francisco só a via, mas não a ouvia e Jacinta a via e ouvia, mas não falava com Ela, que aprendesse a ler e escrever. Lúcia seria a transmissora dessas desconcertantes mensagens.

A Mãe de Jesus avisava que seu Filho estava muito ofendido com os pecados da humanidade e que seu braço pesava sobre os muitos erros que se cometiam indistintamente em todo canto. A aparição ocorreu pouco tempo antes do fim da Primeira Guerra Mundial e Nossa Senhora fazia um apelo à conversão, pedia a reza do terço diariamente, a frequência aos sacramentos e que as pessoas mudassem de vida senão no reinado de Pio XI viria outra guerra ainda pior e a Rússia espalharia seus erros pelo mundo. A tudo isso, Nossa Senhora ainda acrescentou o pedido de que o mundo fosse consagrado ao seu Imaculado Coração, com uma menção especial à Rússia.

Os “erros da Rússia”, mencionados pela Virgem Maria são uma referência clara e ao mesmo tempo uma condenação veemente da ideologia socialista como pretensa solução para os problemas políticos, econômicos e culturais da humanidade. A aparição se deu em Fátima, Portugal, no ano de 1917 e coincide exatamente com a Revolução Socialista, também chamada de “bolchevique”, ocorrida na Rússia no mesmo ano.

Os apelos de Nossa Senhora não foram atendidos a tempo e, realmente, após o advento da Segunda Guerra Mundial, a URSS desponta como uma potência socialista e os “erros da Rússia” se espalham

pelo mundo ainda mais. A Guerra Fria foi o tempo propício da propagação dessas nefastas doutrinas por todo o mundo. No Brasil, a índole cristã de nossa nação não aderiu conscientemente a essas ideologias, porém, durante a Ditadura Militar, usando a tese da “válvula de escape”, a fim de acalmar militantes socialistas, nossas universidades foram entregues aos seus cuidados e aqueles que antes lutavam na guerrilha, passaram a destruir a cultura como cupim, ou seja, destruíam por dentro os fundamentos da cultura brasileira, enquanto a casca, a exterioridade parecia se manter. Os “erros da Rússia” chegaram até nós e hoje se expressam no projeto de poder do partido dominante, se expressam no financiamento da ideia de criar uma “pátria grande” que unifique a América Latina e a transforme num conjunto de republiquetas comunistas; na ideia de Reforma Política que criaria os “soviets” brasileiros e beneficiariam apenas o partido que já está no poder e que também se expressam em interpretações teológicas marxistas que tentam conciliar o inconciliável: o materialismo dialético e a realidade transcendental da fé, corroendo as consciências de muita gente dentro da própria Igreja.

Os “erros da Rússia” estão diante de nossos olhos e já fazem parte de nosso cotidiano. Combatamos valentemente esses erros através de uma consciência clara da realidade de uma recusa sistemática a tais propostas e de uma ação que impeça o seu avanço. Paulo VI já dizia que “em Maria, tudo se refere a Cristo e Dele depende”, ou seja, Ela sempre nos direciona e orienta para seu Filho; corramos portanto na direção que Ela nos indica e confiemos em sua maternal promessa feita em Fátima: “Por fim, meu Imaculado Coração triunfará!” Deste triunfo depende, inclusive a estabilidade da ordem social e isto não é mero piedosismo pueril, mas uma realidade que transcende nossa lógica simplória.

■ ■ **Luiz Raphael Tonon** é professor de História e Filosofia, Gestor do Núcleo de Teologia do IFE Campinas e leigo consagrado da comunidade Católica Pantokrator.

Artigo publicado no jornal *Correio Popular*, em 28 de Setembro de 2015, Página A2 - Opinião.

Imagem: Ilustração que acompanha o artigo na versão impressa, Página A2.

Imbecilização coletiva

Há um tempo atrás entrei na sala como todos os dias para dar minha aula de História. Naquela ocasião se tratava de uma sala de 9º Ano, com alunos na média de 13 ou 14 anos de idade. O tema era Revolução Industrial, algo corriqueiro, mas naquele dia saí dali espantado com a geração que estamos formando.

Para dinamizar a exposição preparei alguns slides, passei um resumo básico na lousa e depois fiz uma edição de um filme que retratava a realidade sofrida dos operários ingleses do século XVIII. Assim que a exibição começou, logo de início ouvi risos aqui e ali. Pensei - como é típico do raciocínio de professor - que se tratava de alguma brincadeira ou uso de celular, que é proibido em sala de aula. Chamei a atenção da turma; a exibição seguia e com ela, não mais risos e sim gargalhadas. Foi então que notei que não estavam desatentos como eu pensei, mas rindo da

exploração de crianças, chamando os operários de idiotas, torcendo para que os encarregados castigassem os operários, numa palavra, vibravam sadicamente com o sofrimento de seres humanos.

Julgando que isso podia ser fruto da imaturidade da idade, parei o filme e expliquei novamente seu conteúdo enriquecendo com mais detalhes, imaginando que isso mudaria essa visão equivocada, mas o único equivocado era eu mesmo. Os risos e brincadeiras continuaram. O documentário falava sobre o abuso sexual de mulheres e ainda assim, as próprias meninas brincavam com isso como se nada fosse. Parei outra vez e lhes perguntei sobre o que achariam de viver naquela época e ter sua mãe e irmãs abusadas... Uns se calaram, outros disfarçavam um sorriso quase incontrolável e ainda outros ousaram brincar dizendo que as coisas são assim mesmo.

Espantado com tamanha frieza, tentei terminar minha aula já pensando no que poderia fazer para ajudar esses jovens a ver as coisas de outro modo, foi quando o maior espanto me sobreveio. O documentário mostrava um cavalo já exausto pelo excesso de trabalho ser amarrado e descido de cabeça para baixo numa mina de carvão, a fim de ajudar no trabalho debaixo da terra. A verem esta cena começou um burburinho tremendo em defesa do cavalo, dos “direitos dos animais”, da injustiça contra um ser irracional indefeso etc. É óbvio que maltratar qualquer ser vivo é algo absurdo, no entanto, para um animal meus alunos demonstravam toda compaixão, mas para um ser humano, racional, digno, semelhante a eles mesmos, só demonstrações de escárnio e desprezo e nenhum sentimento de solidariedade. Como entender essa lógica?

Sempre há um conflito natural entre gerações diferentes, mas neste caso é algo mais profundo: a praga que lhes corrói sem que o percebam é o “politicamente correto”, as muitas ideologias que os assediam, a inércia espiritual em que vivem, o vazio de valores e normas. Estamos criando uma geração de bárbaros, incapazes de piedade e compaixão, vazios, sem rumo e sem sentido para as coisas. Isso se reflete na preguiça desta geração não só para o estudo, mas também em tudo o que exija esforço. Nem todos são assim, isso é verdade, mas a maioria parece se conformar a esse modelo desordenado de ser humano. O presente caso ocorreu no interior de um renomado colégio particular. Também leciono em escola pública e o comportamento não é diferente. A solução, nesse caso, vem mais de casa do que da escola. Os valores recebidos pela família é que farão a devida diferença e aí surge outro problema: muitas políticas públicas, leis, ong’s e tantas outras realidades trabalham ferozmente em prol da destruição da família. O resultado é a facilidade de imbecilizar alunos com um potencial humano e intelectual tão grandes. Destruir a família destrói não só a instituição familiar em si mesma, mas todas as demais instituições dependentes dela, inclusive a escola e a própria sociedade.

Luiz Raphael Tonon é professor de História e Filosofia, gestor do Núcleo de Teologia do IFE Campinas e leigo consagrado da comunidade Católica Pantokrator (raphael.tonon@ife.org.br).

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 22/7/2015, Página A-2, Opinião.

[Educação que não educa](#)

O tema da educação é tão recorrente e desgastado que muita gente nem discute mais a questão. Fala-se muito, mas pouca diferença se percebe na prática. A grande praga da educação brasileira, sem generalizações apressadas, são os especialistas em educação.

O “especialismo” é um grande mal no sentido de que o “educador” de gabinete considera sua área de conhecimento como o único problema relevante e merecedor de toda atenção da sociedade. Clemenceau já dizia, referindo-se ao especialismo do exército francês que “a guerra é coisa séria demais para ficar nas mãos dos generais”. A receita pronta e a solução fácil acabam validando pareceres que só podem ser aplicados na própria mente de quem os concebeu. Educadores de gabinete que sequer conhecem a realidade de escolas públicas são os que “legislam” a partir de seus artigos, opiniões e suposições que só podem gerar riso nos professores que estão no front diário de batalha nas salas de aula.

Uma dessas “excelências” em educação, há anos atrás apregoava a luta de classes latente na educação brasileira, bradando com todos os argumentos que os professores eram explorados pelo abstrato “sistema” e que precisavam ser libertos disso. O pretense educador-profeta elaborou sua teoria, desconhecendo certamente o cotidiano de uma sala de aula e arvorando-se em denunciador da “luta de classes”, só provocou um fardo absurdo que ajudou a remodelar a educação brasileira retirando a autoridade da escola e do professor, destruindo qualquer noção de meritocracia através da “política de não-reprovação”. A tal “libertação” das famigeradas estruturas de “exploração” burguesa não veio, provando que não há maior exploração do que impor a outros o que pessoalmente não se quer assumir. Vale aqui o princípio cristão de somente fazer ao outro o que se deseja para si.

A solução de qualquer tipo de problema só pode chegar a bom termo a partir da diversificação de visões sobre um mesmo assunto. É louvável que um profissional valorize sua formação, mas jamais deve fazê-lo perdendo a visão de conjunto. Quem não é especialista, muitas vezes consegue ter uma visão mais lúcida da realidade, daí a importância em se adquirir e cultivar certa erudição e uma visão mais eclética das coisas, fornecendo sempre mais elementos para um juízo claro sobre a realidade.

O político grego, atento aos problemas da polis conseguia ter uma visão de conjunto que o capacitava a eleger prioridades de modo prático. São Bento de Núrsia grande herdeiro e difusor da cultura greco-romana na época da decadência do Império Romano, estabelece um princípio claro e objetivo para a gestão: na eleição de um abade, se tivessem como candidatos um monge santo, um erudito e um prático, deveriam optar pelo prático, pois ao santo cabe rezar; ao erudito cabe estudar e difundir o que sabe e ao prático, por ter visão objetiva das coisas, cabe governar. Aqui está um princípio básico de gestão criado no século V e que hoje ainda conserva sua validade e efetividade.

Portanto, soluções prontas e demasiadamente plásticas devem suscitar desconfiança por carecerem de embasamento na realidade. Pode ocorrer que tenham um embasamento virtual construído sobre pressupostos teóricos e amplamente louvados como as “pedagogias do amor ou do oprimido” que melífluamente resolvem tudo com base no cuidado individual e na construção do saber a partir da “realidade do educando”, ignorando, no entanto que isso não corresponde à realidade das salas de aula atuais. Simplesmente tais teses não são aplicáveis e só conquistaram o grande mérito de tentar extinguir o que havia de bom e de funcional na educação tradicional e substituí-los por práticas equivocadas e que não deram nem um terço dos frutos esperados. Temos um modelo de educação

que simplesmente não educa.

Luiz Raphael Tonon é professor de História e Filosofia e gestor do Núcleo de Teologia do IFE Campinas (raphael.tonon@ife.org.br).

Artigo publicado no jornal *Correio Popular*, 15 de maio de 2015, Página A2 - Opinião.

O lápis azul do imperador



No Império, implantou-se, a partir da Constituição de 1824, uma Monarquia Constitucional em terras tupiniquins. Havia três poderes que regiam a nação, tais como foram concebidos no século anterior por Montesquieu: Legislativo, Executivo e Judiciário. No entanto, Dom Pedro I instituiu ainda um quarto poder: o Poder Moderador, o qual deveria ser exercido pelo imperador no intuito de regular as relações entre os poderes e impedir trapaças e injustiças.

Na época, isso rendeu algumas chacotas, vindas da Inglaterra e de alguns grupos políticos que apelidaram nosso governo de “parlamentarismo às avessas”. Riam-se da interferência considerada demasiada do imperador em assuntos que competiam a outros poderes. Jocosidades à parte, já no governo de Dom Pedro II, o exercício do Poder Moderador se dava de forma interessante, em especial no que toca às nomeações de ministros, governadores de províncias e outros cargos. Sempre que traziam indicações de nomes selecionados pelos eminentes senadores do império, D. Pedro observava um a um e passava a colher informações sobre cada candidato a fim de verificar se não teria um passado maculado por qualquer tipo de corrupção. Havendo indícios, ou seja, mesmo sem provas diretas dos fatos, o imperador, como medida cautelar, sublinhava os nomes suspeitos com um lápis azul, excluindo qualquer possibilidade de ocupação de cargo público por alguém desonesto.

Rui Barbosa, ferrenho defensor da República e Ministro da Fazenda do governo do Marechal Deodoro da Fonseca, anos após a derrubada do regime monárquico se lamentaria de ter defendido e lutado pela República, afirmando que o Império era uma “escola de estadistas”, enquanto a República se tornara uma “praça de negócios”.

De lá para cá, o mundo mudou, mas a “herança mercantil” da República “onde tudo se negocia”, permaneceu. Assistimos ao comércio de ideologias, projetos e até mesmo de valores. Vivemos em tempo de “panpartidarismo”, onde já não se consegue definir o que é esquerda ou direita. Cristalizou-se a mesma confusão do início da República e, nesse quesito ela deve ser elogiada, porque é sempre coerente: começou negociando tudo e segue fazendo o mesmo até hoje.

Ética, moral, honra, são palavras gastas pela profanação que sofrem constantemente. E seguirão sofrendo, porque ventos contrários sopram contra o Brasil, em especial depois da recente aprovação

do Decreto 8.243, vindo a lume no último dia 23 de maio e no qual a presidente cria a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), supostos instrumentos para proporcionar e estender a participação direta dos cidadãos e grupos sociais nas decisões de governo. Aparentemente o projeto seria uma resposta às manifestações ocorridas no meio do ano passado, porém, na prática é uma ação que viola o sistema democrático de governo implementado pela Constituição de 1988. O pior disso tudo é que esses projetos acabarão (se o decreto for acolhido pelo STJ) por amplificar a voz de grupos sociais e organizações subvencionadas pelo próprio partido da presidente e de também de outros partidos e grupos afinados com suas propostas. Legislar por decreto não é algo novo, aliás, o velho discurso de que os movimentos sociais “são os legítimos representantes dos interesses do povo” fazem parte da cartilha bolchevique tão apreciada em nossos “democráticos” vizinhos latino-americanos, como a Venezuela e a Bolívia.

Que nomes de nossa política o lápis azul de Dom Pedro II riscaria hoje? Restaria alguém? A retidão do imperador brasileiro sirva de exemplo a nós cidadãos. D. Pedro, embora caluniado como “absolutista”, era tão democrático que permitiu que falassem abertamente contra ele e que contestassem publicamente suas decisões, a ponto de se chegar à derrubada da monarquia. Ofereceram-lhe a possibilidade de matar os revoltosos, mas ele se recusou e resignou-se para não derramar sangue brasileiro. Hoje o que se diz democrático, age de forma absoluta e o que se pensava no passado, ser absoluto, age democraticamente. A dialética da História nos ensina a distinguir bem as coisas.

Luiz Raphael Tonon, professor de História e Filosofia, gestor do Núcleo de Teologia do IFE Campinas.

Artigo originalmente publicado no jornal Correio Popular, 18/07/2014, Página A2 - Opinião.

Imagem: Pedro II aos 49 anos de idade, 1875, de Delfim da Câmara (scan de *Museu Histórico Nacional*, Coleção Museus Brasileiros, edição Banco Safra). Imagem em Domínio Público disponível [neste link](#).

Tags: Família, Paternidade, Vida,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/nasce-um-pai-tonon/>